



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 20 de janeiro de 2020.

Memorando

Ao
Excelentíssimo Senhor
ROGÉRIO MATENDAL
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU/PR.

Prezado Senhor

Com meus cordiais cumprimentos, venho pelo presente solicitar atenção e providência de Vossa Excelência, no sentido de autorizar, para que dentro dos ditames legais, seja licitado a contratação de EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de janeiro a dezembro/2020.

Sendo este o assunto do momento, reitero a vossa senhoria os meus protestos de estima, respeito e consideração.

Atenciosamente,


MARCOS RAMÃO LOVERA
DIRETOR GERAL



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 20 de janeiro de 2020.

DO: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;

PARA:
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Preliminarmente à autorização solicitada mediante Memorando, o Processo deverá tramitar pelos Setores competentes com vistas:

- 1- À indicação de recurso de ordem orçamentária para fazer frente à despesa;
- 2 – À elaboração de **projeto básico** elencando a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;
- 3 – À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e julgamento das propostas;
- 4 – Ao exame da regularidade da licitação e contrato, nos termos do art. 5º, inc. V, da Res. 55/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno;
- 5 – Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item terceiro acima.

Cordialmente,


ROGÉRIO MATENDAL
Presidente





Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 20 de Janeiro de 2020.

PARECER REFERENTE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,
DATADO DE 20/01/2020.

ASSUNTO: INDICAÇÃO DE RECURSOS DE ORDEM ORÇAMENTÁRIA PARA FAZER
FRENTE À DESPESA;

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de água e esgoto para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de janeiro a dezembro/2020.

Preço máximo será de R\$5.000,00 (Cinco mil reais).

DEPARTAMENTO CONTÁBIL

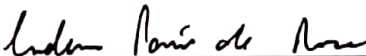
DEPARTAMENTO CONTÁBIL

Informo a existência de previsão de recursos orçamentários para a execução do objeto em epígrafe.

Dotação Orçamentária nº:

001 – CÂMARA MUNICIPAL
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.
3.3.90.39.44.99.00 – Serv. De Água e Esgoto.

Declaro a existência de recursos financeiros para a execução do objeto em epígrafe.



ANDERSON PARISE DA ROSA
Contador
CRC/PR 43.920/06



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de água e esgoto para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de janeiro a dezembro/2020.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

2.1. DESCRIÇÃO DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Sede da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, sita à Rua das Comunicações, nº 1828, Centro, Santa Terezinha de Itaipu-PR.

2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Fornecimento de Água e Esgoto para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu.

2.3. PRAZOS: Os serviços serão recebidos diariamente, no período de Janeiro a Dezembro de 2020.

3. JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação da empresa **SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, com endereço comercial sito à Rua Engenheiros Rebouças, nº 1376 – Centro - Curitiba/PR, por ser inviável a competição, uma vez que o fornecimento de água e esgoto é efetuada exclusivamente pela mesma no município de Santa Terezinha de Itaipu.

3.1 JUSTIFICATIVA DO TIPO DE LICITAÇÃO: A contratação direta fundamenta-se no disposto no artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93

4. PERÍODO DE EXECUÇÃO: Janeiro a Dezembro de 2020;

5. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais);

6. FORMA DE PAGAMENTO: pagos mensalmente de acordo com o consumo;

7. HABILITAÇÃO ESPECÍFICA: Certidões Negativas do FGTS, Receita Federal, Receita Estadual e de Débitos Trabalhistas.

8. REAJUSTE OU REPACTUAÇÃO: Não Há;

9. FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será acompanhada por um representante da Administração Pública especialmente designado.

10. RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Marcos Ramão Lovera, Diretor Geral, Matrícula nº 2240.

Santa Terezinha de Itaipu, 20 de janeiro de 2020.


MARCOS RAMÃO LOVERA
Diretor Geral



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2020

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação da empresa **SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, com endereço comercial sito à Rua Engenheiros Rebouças, nº 1376 – Centro - Curitiba/PR, que tem como objetivo o FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de Janeiro a Dezembro/2020, visto que o fornecimento é efetuado exclusivamente pela companhia no município de Santa Terezinha de Itaipu. Sendo que o ônus da outorga encontra-se dentro do limite permitido em lei para a contratação direta, não há necessidade que se abra o processo licitatório para o julgamento de propostas e em razão da natureza singular, com profissionais e produtos que só possam ser fornecidos pela empresa em questão.

Fundamentado na Lei 8.666, artigo 25, inciso I, de 21 de Junho de 1.993, não há necessidade de abrir um processo licitatório para a devida contratação do serviço.

Utilizando-se dos critérios abaixo, justificamos o ato.

- 1) Encontra-se constituído, nos termos da legislação vigente:

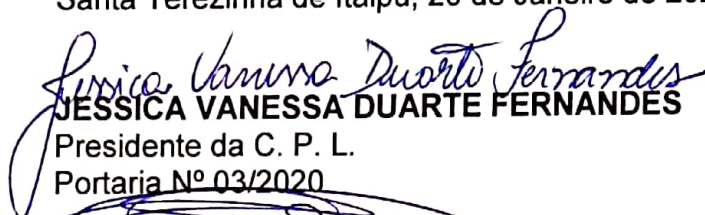
Lei nº 8.666/93

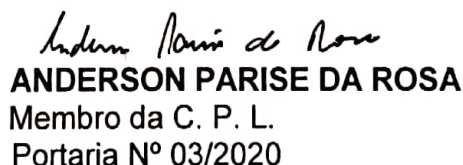
Artigo 25. É Inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

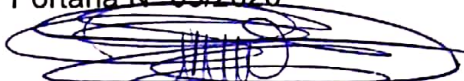
I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

A inexigibilidade em tela é praticável, e foi constatado que atende às necessidades da Câmara Municipal. Fixado o preço estimado para a referida prestação dos serviços em R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), pagos mensalmente de acordo com a entrega do serviço e consumo.

Santa Terezinha de Itaipu, 20 de Janeiro de 2020.


JÉSSICA VANESSA DUARTE FERNANDES
Presidente da C. P. L.
Portaria Nº 03/2020


ANDERSON PARISE DA ROSA
Membro da C. P. L.
Portaria Nº 03/2020


PAULO CELSO DE LIMA
Membro da C. P. L.
Portaria Nº 03/2020

Of

Dúvidas mais Frequentes | Início | V -

Situação de Regularidade do Empregador

As informações disponíveis não são suficientes para a comprovação automática da regularidade do empregador perante o FGTS. Solicitamos acessar o portal Conectividade Social, mediante certificado ICP, para verificar possíveis impedimentos ou comparecer a uma das Agências da CAIXA, para obter esclarecimentos adicionais:

Inscrição: 76.484.013/0001-45

Razão social: CIA SANEAMENTO PARANA SANEPAR

Resultado da consulta em 20/01/2020 10:28:29

Consulte o Histórico do Empregador

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR**
CNPJ: **76.484.013/0001-45**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:57:42 do dia 20/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/06/2020.

Código de controle da certidão: **7891.AAA2.8CBC.2A2D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:
CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL AUTOS 5015787-98.2011.404.7000 - 2ª V
ARA FEDERAL DE CURITIBA.

09



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 76.484.013/0001-45

Certidão nº: 1601968/2020

Expedição: 20/01/2020, às 10:29:25

Validade: 17/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.484.013/0001-45**, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

- 3951000-93.2008.5.09.0005 - TRT 09ª Região *
- 3155900-71.2007.5.09.0011 - TRT 09ª Região *
- 0000098-53.2015.5.09.0011 - TRT 09ª Região *
- 0010698-90.2016.5.09.0014 - TRT 09ª Região *
- 0000384-13.2015.5.09.0017 - TRT 09ª Região *
- 0090100-63.2006.5.09.0018 - TRT 09ª Região *
- 0193200-97.1998.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
- 0066400-48.2003.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
- 0028500-89.2007.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
- 0000922-15.2011.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
- 0001089-61.2013.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
- 0000744-27.2015.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
- 0000752-04.2015.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
- 0000754-71.2015.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
- 0000759-93.2015.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
- 0000775-47.2015.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
- 2104200-53.2006.5.09.0029 - TRT 09ª Região *
- 9952800-83.2005.5.09.0094 - TRT 09ª Região **
- 0388700-13.2005.5.09.0652 - TRT 09ª Região *
- 0033900-04.2002.5.09.0656 - TRT 09ª Região *
- 0154500-26.2008.5.09.0662 - TRT 09ª Região *
- 0000479-81.2011.5.09.0664 - TRT 09ª Região *
- 0032100-74.2007.5.09.0749 - TRT 09ª Região **
- 0034900-31.2006.5.09.0872 - TRT 09ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 24.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

11

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 021335515-42

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **76.484.013/0001-45**
Nome: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria do Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 19/05/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO N.º 002/2020

Inexigibilidade n.º 02/2020

Objeto: *Contratação de empresa especializada no fornecimento de água encanada e esgoto para o edifício da Câmara Municipal de Vereadores da Cidade de Santa Terezinha de Itaipu/PR.*

I. Relatório:

Trata-se de processo licitatório que visa realizar o objeto acima descrito, isto com o fito de atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha de Itaipu/PR. Vieram os autos a esta Procuradoria Jurídica para verificação da legalidade e regularidade do procedimento adotado.

II. Fundamentação:

Preliminarmente, deve-se salientar que a presente análise jurídica tem por base, exclusivamente, nos elementos e documentos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Adiante, vale ressaltar que este procurador emite sua consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu/PR, nem analisar aspectos de natureza estritamente técnico ou administrativo.

Prosseguindo, a contratação de obras, serviços, compras e alienações por parte da Administração Pública deve ser precedida, em regra, pela licitação. É o que estabelecem o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 e o artigo 2º da Lei Federal n.º 8.666/93.

Os mesmos dispositivos acima citados, no entanto, mencionam expressamente que a regra da contratação mediante licitação comporta exceções em alguns casos específicos previstos na legislação. Tais hipóteses vêm disciplinadas nos artigos 17, 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93, os quais preveem, respectivamente, as situações de licitação dispensada, dispensável e inexigível.

No caso concreto, a contratação direta de empresa especializada para prestar o serviço em questão enquadra-se na hipótese de licitação inexigível em razão do fornecimento exclusivo por parte da SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, conforme previsão do artigo 25, inciso I, da Lei n.º 8.666/96, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:
I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior*, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA JURÍDICA

para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)
(...)

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

(...)

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Os serviços públicos que são executados em regime de exclusividade no Município ou Estado por determinada pessoa jurídica denotam a impossibilidade jurídica de competição, autorizando a contratação pelo Poder Público por meio de inexigibilidade que é o caso da SANEPAR, concessionário de serviço público que oferece água encanada e serviço de esgotamento sanitário de modo exclusivo em Santa Terezinha de Itaipu/PR.

Pois bem, após estas primeiras anotações, cumpre destacar que a Lei n.º 8.666/1993, no seu art. 26, parágrafo único, estabelece que o processo de inexigibilidade deve estar acompanhado de justificativa da necessidade da contratação, justificativa do preço ajustado e a razão da escolha do fornecedor, documentos que constam do presente processo administrativo.

Entretanto, registre-se a necessidade de se elaborar uma pequena tabela com os valor gastos nos meses do ano de 2019, como forma de apontar de forma mais clara a justificativa do preço lançado.

De acordo com as informações contidas no processo administrativo, a necessidade de contratação está baseada na indispensabilidade e essencialidade do serviço público para o correto e funcionamento mínimo desta Casa de Leis.

Como já dito anteriormente, a escolha do fornecedor está baseada no fato de que a concessionária a ser contratada presta o serviço público em regime de exclusividade no município, não havendo qualquer concorrente.

Em se tratando de inexigibilidade de licitação, a justificativa do preço a ser pago pode se dar através da comparação dos preços praticados pela mesma empresa com outros órgãos públicos. Esta é inclusive a posição consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU – Acórdão 1.945/2006 e 1.705/2003 – Plenário) e na Orientação Normativa n.º 17/2009 da Advocacia Geral da União:

A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos.

Assim, o preço a ser pago pela prestação de serviços públicos esta submetido ao regime das concessões, segundo o qual a definição das tarifas deriva de proposta do licitante na concorrência prévia à concessão e das alterações posteriores desde que homologadas ou estabelecidas



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA JURÍDICA

unilateralmente por agências reguladoras responsáveis pelo setor, não violando a possibilidade de pactuação de tarifa diversa, impondo apenas que se demonstre a equivalência da tarifa e, no âmbito da contratação, que há a cobrança efetiva e não de tarifa diversa, através de tabelas e não tabelas alternativas das tarifas homologadas que estão sendo praticadas.

Em que pese tratar-se de inexistência de licitação, é necessário que o contratado apresente-se regular perante o fisco, os encargos sociais e a justiça trabalhista para ser contratado e para receber os pagamentos, e o que se verifica da documentação anteriormente acostada.

Por fim, cabe fazer algumas considerações sobre o instrumento adequado para a formalização das contratações com concessionárias de serviço público que atuam em regime de exclusividade no município ou estado.

O contrato administrativo só poderá ser substituído por outro instrumento, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de emissão de serviço, instrumentos bem mais singelos que um contrato, nos casos de compra para entrega imediata e integral dos bens e serviços adquiridos, da qual não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme § 4º do Art. 62 da Lei n.º 8.888/93.

No entanto, a própria Lei n.º 8.888/93 deu contornos distintos aos contratos em que a Administração Pública contratante é mera usuária de serviços públicos. Nessa hipótese, as regras pertinentes são ditadas pelo concessionário, permissionário, sem sujeição a algumas regras da referida Lei.

É nesse sentido o comando do Art. 62, § 3º, da Lei n.º 8.888/93, in verbis:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concessão e de tomada de preços, bem como nas despesas e inexistências cujo objeto esteja compreendido em linhas gerais das modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração possa substituir os outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de emissão de serviço.

[...]

§ 3º Aplicam-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

- I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja usuário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;
- II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.

É preciso ter em conta que nos casos de contratação de serviços públicos, a Administração figura como contratante, usuária do serviço público prestado, sujeitando-se, portanto, às condições impostas pelo concessionário ou permissionário, não podendo aqui utilizar-se de seu poder de império, ficando, pois, sujeita às mesmas condições contratuais previstas para o usuário comum, sendo o procedimento normal do Poder Público aderir à minuta padrão do contrato para o fornecimento de luz, água e esgoto, até mesmo porque fica impossibilitada de impor cláusulas exorbitantes em favor do ente contratante, pois a Lei n.º 8.888/1993 passa a ser aplicada de forma subsidiária.



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

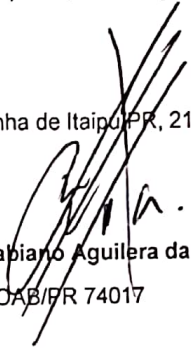
PROCURADORIA JURÍDICA

Assim, nos termos do art. 62 da Lei n.º 8.666/93, em tal hipótese será dispensada a formalização de contrato administrativo, uma vez que o Poder Legislativo se submeterá ao contrato de adesão da concessionária de serviço público.

III. Conclusão:

DIANTE DO EXPOSTO, conclui-se favoravelmente à possibilidade de contratação mediante inexigibilidade de licitação, ressalta-se a sugestão de se elaborar uma tabela no qual conste todos os gastos realizados no ano de 2019, mês à mês, bem como reforça-se a necessidade de comunicação, dentro de três dias, à autoridade superior, da situação de inexigibilidade, para ratificação e publicação na imprensa oficial deste município.

Santa Terezinha de Itaipu/PR, 21 de janeiro de 2020.


Francisco Fabiano Aguilera da Silva
Advogado – OAB/PR 74017

SANEPAR

2019

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
R\$ 122,91	R\$ 122,91	R\$ 122,91	R\$ 128,67	R\$ 131,55	R\$ 139,29	R\$ 135,40	R\$ 141,63	R\$ 144,75	R\$ 141,63	R\$ 142,94	R\$ 149,96	R\$ 1.624,55
MÉDIA MENSAL -->												R\$ 135,38

VALOR EMPENHADO --> R\$ 3.000,00
VALOR PAGO --> R\$ 1.624,55
SALDO --> R\$ 1.375,45



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2020

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

CONTRATADA: SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

OBJETO: REFERENTE AO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO PARA A CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL 8666/93 ARTIGO 25 INCISO I.

VALOR: R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

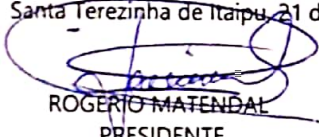
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

001 – CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.

3.3.90.39.44.99.00 – Serv. De Água e Esgoto.

Santa Terezinha de Itaipu, 21 de Janeiro de 2020.


ROGÉRIO MATENDAL
PRESIDENTE



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR

De acordo com a Lei nº 1450/2012 e Decreto 117/2013

QUINTA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 2020 – ANO VIII – EDIÇÃO Nº 1702

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2020

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

CONTRATADA: COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A

OBJETO: REFERENTE AO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E REGULAMENTOS EXPEDIDOS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL 8666/93 ARTIGO 25 INCISO I.

VALOR: R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

001 – CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.

3.3.90.39.43.99.00 – Serv. Energia Elétrica

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 21 DE JANEIRO DE 2020.

ROGÉRIO MANTENDAL
PRESIDENTE

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2020

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

CONTRATADA: SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

OBJETO: REFERENTE AO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO PARA A CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL 8666/93 ARTIGO 25 INCISO I.

VALOR: R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)